

*Trânsito, conquista e aventura na América portuguesa:  
sertão baiano no século XVIII\**

ISANARA PEREIRA IVO  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**RESUMO**

O presente trabalho analisa a trajetória de João Gonçalves da Costa, ex-escravo português, que, em meados do século XVIII, após a travessia do Atlântico, instala-se no norte de Minas Gerais e passa a compor bandeiras formadas por homens brancos para conquista de parte do Sertão da Bahia, à época denominada Sertão da Ressaca. Para o estudo desta trajetória, são utilizadas as categorias de análise propostas pela metodologia da História Cultural, que nos permitem compreender o percurso dessa personagem no contexto de mundialização iniciado com a expansão ibérica no século XVI. **PALAVRAS-CHAVE:** Expansão ibérica; Mediação e Trânsito Cultural; Sertão da Bahia.

**RESUMÉ**

Cet article analyse la trajectoire de João Gonçalves da Costa, ex-esclave portugais qui, au milieu du XVIIIème siècle, après avoir traverser l'Atlantique, s'installe au nord du Minas Gerais et commence à organiser des « bandeiras » composés d'hommes blancs pour la conquête d'une partie du sertão de la Bahia, alors dénommé « Sertão da Ressaca ». Dans cette étude, on a utilisé les catégories d'analyse proposées par la méthodologie de l'Histoire Culturelle, qui nos permettent d'analyser la trajectoire de ce

personnage dans le contexte de la mondialisation qui a commencé avec l'expansion ibérique au XVIème siècle.

**MOTS-CLÉS:** Passeur Culturel; Sertão de la Bahia; Circulation Externe.

**E**m meados do século XVIII, no sertão de Minas Novas do Araçuaí, norte mineiro, três homens organizam entradas rumo aos sertões da Bahia: Pedro Leolino Mariz, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. O primeiro era italiano, nascido em Roma, e foi responsável pela organização do empreendimento de conquista dos sertões baianos. Mariz protagonizou grandes feitos aos olhos da Coroa portuguesa nos primeiros anos setecentistas: foi o responsável pela descoberta de minas de salitre na Serra de Montes Altos, no Alto Sertão da Bahia; pela expulsão dos paulistas de Minas Novas do Araçuaí; e pela prisão de Manuel Nunes Viana, em 1722. Mariz se firma como um homem de fronteira e permanece em Minas Novas do Araçuaí, mas em constante contato administrativo com a Serra de Montes Altos, de onde delega a João da Silva Guimarães a conquista do Sertão da Ressaca, localidade próxima ao Alto Sertão da Bahia.

Guimarães, cujo local de nascimento ainda é desconhecido, foi auxiliado por João Gonçalves da Costa em seu empreendimento. Deslocou-se para o norte da Bahia, registrando, em seu percurso, a descoberta das minas de diamantes na Chapada Diamantina e em algumas localidades do Recôncavo. Enquanto isso, Costa permaneceu no Sertão da Ressaca, abrindo rotas e caminhos entre os sertões baianos e o norte de Minas Gerais.

Na presente análise foi privilegiada a trajetória de João Gonçalves da Costa, pioneiro nas imersões portuguesas nos sertões baianos, principalmente no Sertão da Ressaca. Costa era negro, português e ex-escravo. Nascido, provavelmente por volta de 1720, na cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, o preto forro João Gonçalves da Costa, logo depois da sua chegada na América portuguesa, envolveu-se no processo de conquista dos sertões, sendo reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande desbravador e conquistador de gentios, recebendo, em 1744, a patente de capitão-mor do Terço de Henrique Dias para auxiliar o mestre-de-campo João da Silva Guimarães, bandeirante encarregado do empreendimento<sup>1</sup>.

Após a morte de Guimarães, Costa assume, oficialmente, a tarefa de conquista do Sertão da Ressaca e, já em início do século XIX, tem o reconhecimento público de membros da nobreza lusitana que, ao relatar a exploração das margens do Rio Pardo, registram: “não produz um século um homem com o gênio deste capitão-mor, tem 80 e tantos anos, e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arrisca freqüentemente a própria vida”.<sup>2</sup>

Como compreender a mobilidade física, cultural e social alcançada por este homem que, de escravo na sede do reino português, conquista sua carta de alforria e dirige-se a uma das colônias mais lucrativas da Coroa, ingressa na elite colonial, recebe a confiança de comandar bandeiras, em nome do governo luso, conquista o título de Capitão-mor das autoridades coloniais, que lhe outorgam a tarefa de conquistar, em nome do rei, o Sertão da Bahia?

Como este personagem, coadjuvante no cenário escravista lusitano, cria espaços e usufrui das fissuras do mundo português, protagonizando inusitadas experiências que o fazem circular em duas cenas diversas do cenário lusitano setecentista? Na primeira, em solo europeu, ele é apenas um escravo que conquista sua liberdade e consegue atravessar o Atlântico. Na segunda, já no Novo Mundo, permeabilizando fronteiras culturais, conquista atribuições e funções *a priori* próprias dos membros da elite. De que maneira se podem descrever e interpretar os trânsitos de um universo a outro?

As dimensões conceituais e metodológicas requerem definições que possibilitem um olhar mais microscópico sobre o mundo português para percebê-lo como um mundo marcado pela pluralidade e pela mobilidade. A princípio, a noção de universo cultural como um espaço de possibilidades e significados que se agrega num conjunto propício às misturas, mas também às impermeabilidades, favorável às permanências, mas também às mudanças:

um conjunto de diferentes e diferenças, em movimento constante, misturando-se, mas também chocando-se, antagonizando-se, superpondo-se, em ritmos que às vezes são lentos e outras vezes são velozes, de maneira harmoniosa e/ou conflituosa, dependendo de épocas e de regiões, dos protagonistas e de seus objetivos (Paiva, 2001:32).

Os cenários do personagem João Gonçalves da Costa, em Portugal ou no Sertão da Bahia, constituem um mundo orientado pela miscibilidade e adaptabilidade lusitanas, proporcionando o deslocamento de seus agentes como “peças de um tabuleiro de gamão” conforme afirmou Gilberto Freyre,

ao concluir que a mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa sobre populações e culturas tão diversas e ricas quanto distantes: “o domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo<sup>3</sup> então conhecido como num formidável jogo de quatro cantos” (Freyre, 1973:9).

A estes homens, que transitam pelo Império português, circulando pelas *quatro partes do mundo*, mobilizando saberes e sabores, sentimentos e identidades, técnicas e culturas, crenças e valores, pode-se denominar de *Passeurs Culturels* – Mediadores Culturais – ou seja, agentes sociais que favorecem as transferências e os diálogos entre universos aparentemente incompatíveis, elaborando mediações, muitas vezes insólitas, e contribuindo com sua articulação para a permeabilização das fronteiras culturais. São os responsáveis pelo trânsito de e entre culturas (Ares Queija e Gruzinski, 1997:10; Paiva e Anastasia, 2002:9).

São eles que realizam a transposição das fronteiras culturais, fomentando a mestiçagem, mas não de maneira unilateral – ao mediar, também sofrem as ações da mediação e são agentes dela. No processo de mediação cultural, nem todos os elementos da cultura entram na dinâmica; apenas os seus fragmentos. A função de *porteur* pode ser desenvolvida por indivíduos – cronistas, viajantes, missionários, tradutores, curandeiros – a depender das modalidades de ação e das estratégias e mecanismos instrumentalizados para promover o rompimento das fronteiras. Determinados setores – mestiços, negros, índios, mercadores – por sua posição econômica, social, política ou religiosa, também podem desempenhar um papel decisivo de *porteurs culturels* (Ares Queija e Gruzinski, 1997:10).

A mobilização de homens, tais como descobridores, conquistadores, burocratas, mercadores e aventureiros, circulando pelas *quatro partes do mundo* não é algo novo no mundo lusitano. Desde o século XVI, milhares de pessoas transitam em escala planetária. O mundo assiste às aventuras de portugueses e espanhóis, que não se limitam a se deslocarem da Europa para a América: as frotas ibéricas percorrem toda a superfície da terra (Gruzinski, 2004:39).

O ímpeto da mobilização ibérica de descobrir, explorar e conquistar só pode ser comparado ao seu desejo infinito de evangelização. É importante não acreditar que somente os europeus se deslocaram para o Novo Mundo, para a África ou para a Ásia. Da mesma forma, africanos, índios e mestiços americanos se deslocam para o Velho Mundo, alguns como escravos, outros – afortunados –, como descendentes da nobreza indígena que passam a viver na Espanha, ou ainda, conforme registra Gruzinski, o

caso de um mestiço que vai para a Itália viver junto com o papa, ou os casos de crioulos que foram para a Espanha estudar, fazer carreira ou publicar livros (Gruzinski, 2004:42).

No século XVI, os empreendimentos de portugueses e espanhóis estenderam sua dominação política e econômica em redes internacionais, instalaram seus agentes – administradores, conquistadores e burocratas - por toda parte do mundo até então conhecido. Mas esses trânsitos não são responsáveis apenas pela transferência de saberes e técnicas políticas e administrativas; nesse processo também circulam experiências, gostos, arte, poesia, literatura. Uma via de mão dupla que faz o continente europeu experimentar e conhecer sabores e saberes até então desconhecidos, oriundos dos mais diversos e longínquos espaços. A conexão entre esses mundos propicia a circulação de pessoas que portam objetos, idéias, valores, crenças, técnicas, num movimento de ir e vir infundável. Assiste-se a um universo em ebulição intensa e sem limites, que foge ao controle das instituições e dos homens.

O movimento de pessoas que ultrapassam fronteiras sociais, políticas, ideológicas e religiosas nos leva a refletir sobre o caráter dessas linhas que podem caracterizar as identidades humanas. Como entender um nobre português escrevendo sobre as habilidades e a honestidade de um “preto forro”,<sup>4</sup> chegando mesmo a colocá-lo numa posição de superioridade em relação aos seus pares?

É este e não outro o sentido da correspondência dos governadores interinos da Bahia ao Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, acerca do empreendimento dirigido por Costa:

Para este grandioso projeto se lhe apresentou, João Gonçalves da Costa, povoador do referido Sertão da Ressaca, homem natural de Chaves, com o valor e espírito dos antigos paulistas e sem a sua ambição; a ele distribuiu o governador as ordens e ele foi o que teve a paciência e a constância de se meter pelas ásperas matas, serras alagadiças que pelo espaço de 80 ou mais léguas se interpõem entre as ditas Vilas da beira mar o referido Sertão da Ressaca.<sup>5</sup>

O discurso de Mello e Castro, acerca das qualidades de Costa, permite pensar que a “mancha” de ter sido escravo não é salientada, ao contrário, é para ser “esquecida”, pois prossegue registrando as habilidades, valores e realizações de um preto forro que noutras condições jamais seria louvado e agraciado por qualquer membro da elite pela própria natureza da sua origem e da sua condição social de um ex-escravo:

Demarcou e abriu a estrada, que discorre a margem do Rio de Contas, donde a fez partir para as Vilas da foz do mesmo rio, para o do Camamu e desta para todo o território das outras Vilas, fazendo logo descer um lote de gado, que foi

o primeiro que aqueles moradores viram [...] condescendeu ao mesmo tempo com o outro projeto do mencionado João Gonçalves da Costa, na redução e conquista do gentio Nongoyó [sic], que infesta o mesmo Sertão da Ressaca. Encarregou-o desta empresa e o mandou municiar com 70 armas de fogo, alguns barris de pólvora, para 50 índios dos civilizados à sua ordem [...] já honrado com a patente de Capitão-mor, participa presentemente dos progressos e resultados da conquista.<sup>6</sup>

Como refletir acerca das impermeabilidades e resistências culturais que separam dois universos díspares? A análise de algumas experiências pode ajudar a compreender as relações e conexões possíveis num processo de encontro de universos distintos.

Atributos e criatividade do ser humano são elementos facilitadores de importância fundamental na mediação. O destemor, a coragem e a ousadia são os principais atributos de João Gonçalves da Costa, reconhecidos pelas autoridades portuguesas e que o impulsionam a cruzar o Atlântico e servir à Coroa no Novo Mundo “arriscando a própria vida”.

Ao analisar o processo de evangelização jesuítica, implementado pelo missionário Matteo Ricci, em fins do século XVI, em Macau, a professora Beatriz Moncó Rebollo (1999, 1997) analisa as questões que envolvem as permeabilidades, as mobilidades e os limites das fronteiras, seja culturais, religiosas ou ideológicas. É a habilidade do missionário Matteo Ricci que o permite transitar entre universos culturais adversos e tidos *a priori* como intransponíveis. A ciência é o principal mecanismo de mediação utilizado por Ricci para se aproximar do governo chinês. Se a aproximação física e exterior é relativamente fácil, a mediação encontra dificuldades em outras dimensões, principalmente, a religiosa e a ético-moral, como enfatiza Rebollo:

La aproximación física y exterior es fácil, la intelectual relativamente sencilla, pero la ético-moral e, sobre todo, la creencial-religiosa es un camino si no imposible, si arduo e trabajoso. Los diferentes ethos apartan los corazones y los distintos símbolos religiosos generan incluso aborrecimiento y rechazo. ¿Qué esperar – se preguntan los chinos – de unos hombres cuyo supremo Dio es un crucificado? (Rebollo, 1997:337).

A impermeabilidade da fronteira religiosa é percebida por Ricci ao reconhecer o quanto é difícil evangelizar os chineses. Persistente e determinado, ele tenta demolir suas próprias fronteiras para facilitar a mediação. Vestindo-se como um chinês e falando mandarim, Ricci busca

o diálogo e a aproximação, porém o preço do encontro pleno com o outro é a vivência da ambigüidade.

Situação similar pode ser percebida no processo de cristianização dos escravos africanos no velho sul dos Estados Unidos. A mediação religiosa encontra resistências no universo das crenças africanas, cuja condição social os leva a se identificarem mais com a trajetória vitoriosa e libertária de Moisés do que com a vitória de alguém que foi sacrificado sem reação. As representações e crenças religiosas africanas também os impedem de categorizar o mundo de forma dicotômica entre o bem e o mal, entre Deus e o diabo. A dubiedade da imagem do diabo, assimilada pelos escravos sulistas americanos, revela que a permeabilidade e o rompimento dos limites podem ser facilitados pela habilidade do mediador. Genovese relata uma experiência interessante entre um pastor branco e um escravo africano:

[...] um pastor estava lhe contando como o diabo atormentava os que iam para o inferno. Junk [o africano] tinha esperança de que “o bom Senhor Diabo” não fosse tal cruel. O pastor o censurou por falar de Satã em termos tão cortesões. [...] replicou o velho negro, “pode ser que o inimigo me apanhe, e aí eu confio que vai lembrar que eu falei dele com gentileza” [...] (Genovese, 1988:325).

Rebollo também percebe uma situação de contra-senso ao analisar um dos mecanismos de mediação tentados por Ricci num recurso extremo de arriscar a mobilização das fronteiras:

A decir verdad, si miramos a la orilla china, Ricci é un total contrasentido. Vestido, como ya sabemos, con las distinciones de los letrados, hablando la lengua mandarina, con conocimientos dignos de admiración, codeándose con las élites intelectuales del país, etc, etc. Pero, al tiempo, con un físico totalmente europeo, barba densa y larguísima, predicando cosas ininteligibles y, sobre todo, con un interés por aquella cultura que no parece tener explicación salvo – como acusa Ma-Tang – que Ricci sea un brujo que desea encantar al emperador mediante sortilegios (Rebollo, 1997:343).

Se a dimensão religiosa constituiu um campo de resistências para os escravos afro-americanos<sup>7</sup> e para os chineses, para João Gonçalves da Costa, um agente aberto à mediação com o mundo lusitano, esta variável não constituiu um problema. Na verdade, Costa assimilou o universo católico português e se tornou seu defensor no Sertão da Ressaca. Logo depois da conquista da região, ergueu uma capela em nome de Nossa Senhora das Vitórias, conforme registra a memória popular da cidade até os dias atuais e, no decorrer do século XVIII, sua militância religiosa é contínua.

Em correspondência aos representantes do governo português, em 30 de julho de 1783, relata as dificuldades que tem o sertão em manter os preceitos religiosos católicos:

[...] e assim estão os sertões todos acabados, e que os tem acabado são os Juizes de Órfãos e os Vigários, pois estes pegam-se a um costume antigo de levarem duas patacas a cada pessoa, filhos famílias, e escravos a pataca pela desobriga, e por cada criança que batizam, quatro patacas, e outro tanto defesa de casar quatro mil reis de Estolla [sic], e dez patacas dos banhos, quatro mil reis de fazer perguntas aos noivos se fizeram voto de castidade, e a vista disso parece que é melhor ser gentio no mato de que ser cristão em semelhante terra [...].<sup>8</sup>

Continua o relato denunciando às autoridades coloniais os membros da própria Igreja que impedem a obra religiosa da qual se vê como membro e defensor:

[...] este ano sucedeu nesta Freguesia vir o operário do vigário o Padre Manoel Vaz da Costa em desobriga, e o que não teve dinheiro para lhe dar, não só não confessou, como também os pôs na porta da igreja onde estão trinta e tantos, conjunto com os soldados que fui para o mato por desobrigar, mandando-o chamar no princípio da quaresma para me vir confessar, e mais a tropa e não fez dizendo queria ajuntar a sua boiada, e que antes queria perder a desobriga, do que deixar de fazer a sua junta [...].<sup>9</sup>

Estes relatos de experiências instigam a pensar que a permeabilidade cultural não é total e nem geral, mas seletiva, e que a análise de um processo de mediação deve ser precedida do reconhecimento de alguns elementos, tais como: quem media; o que media; como é exercida a mediação; quais os mecanismos utilizados; onde se media; e para quem se media. Não se media tudo de igual modo nem em todos os espaços e tempos, pois os universos culturais constituem fronteiras de níveis diferentes. Pode-se afirmar que existem fronteiras brandas, passíveis de serem transpostas e, por isso, facilitam a mediação, mas a riqueza das culturas abriga também fronteiras duras, resistentes e impermeáveis que dificultam e mesmo impedem o processo de mestiçagem que, *a priori*, pode ser marcado por vitórias e derrotas que constroem um espaço novo, peculiar, que sincretiza elementos heterogêneos e distintos, abrigando valores, crenças e saberes, que podem tanto incluir, como excluir.

É importante esclarecer, de outro modo, o perigo que se corre ao falar de culturas puras singularizadas em espaços desconhecidos: “todas as culturas são híbridas [...] as misturas datam das origens da história do homem” (Gruzinski, 2001:41). O termo “cultura” precisa ser repensado para que se possa compreender as misturas.

Como categoria de análise, o termo cultura foi constantemente aplicado para explicar os mundos pré-modernos e também para analisar as novas realidades sociais da modernidade e da contemporaneidade, alimentando uma compreensão de que pode existir uma totalidade coerente, estável, capaz de orientar e condicionar os comportamentos de determinado grupo social ou espaço sociohistórico:

a *démarche* 'culturalista' leva a imprimir à realidade uma obsessão pela ordem, pelo recorte e pela formatação, que na verdade é típica da modernidade. Insistindo nas especificidades e diferenças, em detrimento do que liga cada cultura a outros conjuntos, próximos ou distantes, logo se chega às retóricas da alteridade e, depois, às do multiculturalismo [...] (Gruzinski, 2001:51).

O autor chama a atenção para outra problemática de igual envergadura: alteridades e identidades atribuídas a grupos sociais ou indivíduos singularizam e particularizam características estáveis e invariantes. Para exemplificar, ele mostra como a História da América, preocupada em narrar o confronto entre astecas e espanhóis, negligenciou a existência de “grupos múltiplos, móveis ou estratificados a que se ligavam os protagonistas dessa história”. Não se pode pensar que as realidades históricas são portadoras de sistemas homogêneos que abrigam personagens igualmente puros e incólumes a qualquer tipo de troca ou mestiçagem:

Cada criatura é dotada de uma série de identidades, ou provida de referências mais ou menos estáveis, que ela ativa sucessiva ou simultaneamente, dependendo dos contextos. “Um homem distinto é um homem misturado”, dizia Montaigne. A identidade é uma história pessoal, ela mesma ligada a capacidades variáveis de interiorização ou de recusa de normas inculcadas. Socialmente, o indivíduo não pára de enfrentar uma plêiade de interlocutores, eles mesmos dotados de identidades plurais (Gruzinski, 2001:53).

A globalização do mundo – a mundialização – se tornou viável a partir do século XVI com a expansão ibérica ultramarina, que aproximou universos culturais, fomentando de maneira intensa um sistema de trocas e misturas em larga escala:

[...] culturas se renovaram e se adaptaram, mas também se preservaram. Os responsáveis por esses processos – navegadores, exploradores, comerciantes, religiosos, autoridades, viajantes, naturalistas, índios, escravos africanos, contrabandistas, trabalhadores navais, entre outros – mediaram culturas por meio do tráfico da natureza e do maravilhoso, assim como, em alguns casos, ajudaram a montar verdadeiros laboratórios de adequação e de ajuste biológico e cultural (Paiva, 2004:1-2).

As experiências que prosseguem pelos séculos XVII e XVIII configuram os espaços num verdadeiro laboratório de experimentos, de trocas e de acesso aos mais diferentes tipos de sabores e costumes:

Enquanto tubérculos e leguminosas americanos invadiram terras africanas de costa a costa [vários tipos de amendoim e de mandioca, assim como técnicas de plantio, cultivo, extração e transformação e, ainda, instrumentos variados usados em todas essas etapas], malaguetas africanas, em caminho inverso, condimentavam alimentos na América portuguesa, redes tecidas por cativos do Brasil transportavam gente em Lisboa, pérolas e corais saíam do Oriente e maravilhava brancas, mestiças e negras nas Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. (Paiva, 2004:1-2).

Em correspondência de 1783, João Gonçalves da Costa relata ao desembargador Francisco Nunes da Costa que, após conseguir chegar numa aldeia indígena, é surpreendido com o acesso a alimentos locais, o que acaba por resolver os problemas iminentes da sua tropa: “nas aldeias achei algumas mandiocas, muitos inhames, batatas, ananases e até cana-de-açúcar que muito nos serviu pois já íamos doentes e [...] ficamos muito melhor”.<sup>10</sup>

O espaço de onde parte João Gonçalves da Costa é, por sua própria natureza, mestiço. Também o espaço por ele conquistado – o sertão da Bahia – é um mundo mesclado que comporta índios, negros e brancos com trajetórias e experiências bastante distintas e que passam a compartilhar, nem sempre de forma idílica, experiências, saberes, crenças e valores.

A conquista do Sertão da Ressaca, região centro-sul da Bahia, está inserida no contexto de expansão de Minas Novas do Araçuaí, ao tempo pertencente à Capitania da Bahia. O regimento do superintendente de Minas Novas, Pedro Leolino Mariz, objetivou conquistar o sertão entre os Rios das Contas, Pardo e São Mateus, no intento de encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos eventualmente encontrados (Torres, 1996:20).

Mariz determinou que João da Silva Guimarães se dirigisse à região banhada pelo Rio São Mateus, tarefa iniciada, segundo Pedro Calmon (1929:152), em 1730 ou 1731, quando explorou o Rio Doce nos limites da Freguesia do Fanado, de onde enviou diamantes para as Minas Novas, lugar onde sua filha – D. Isabel – foi uma das primeiras moradoras de um recolhimento para mulheres sob a invocação de Sant’Anna, no ano de 1754.<sup>11</sup> Este recolhimento feminino foi fundado pelo padre Manoel dos Santos em 1750 com o nome de Casa de Oração do Vale de Lágrimas.<sup>12</sup>

De acordo com as descrições de Torres (1996:43-44), João da Silva Guimarães, ao penetrar no Sertão da Ressaca, partiu da Bacia do Rio Paraguassu para a Bacia do Rio das Contas, seguindo pelo Rio Gavião – afluente do Rio das Contas. Do Rio Gavião, seguiu para as terras do atual Município de Bom Jesus da Serra, de onde se dirigiu da Barra do Riachão do Gado Bravo – também afluente do Rio Gavião – até alcançar o lugar posteriormente conhecido como *Batalha*, por volta de 1753.

Costa deu continuidade às conquistas de Guimarães na região seguindo informação da patente por ele recebida. Esse documento especifica sua condição social e também as funções que deveria desenvolver juntamente com Guimarães:

[...] criar de novo o posto de capitão do terço de Henrique Dias [...] capitão de gente preta que servirá na conquista e descobrimentos do mestre de campo João da Silva Guimarães que Vossa Majestade teve por bem criar de novo na pessoa de João Gonçalves da Costa: preto forro [...].<sup>13</sup>

Costa continuou o empreendimento com a exploração do Rio das Contas e, anos depois, do Rio Pardo. Organizada sua bandeira, chegou à Barra da Vereda e depois à Barra do Jibóia, passando pelo Catolé Grande, onde conseguiu vencer os Mongoiós, conforme sua própria descrição em *Memória sumária e compendiosa da Conquista do rio Pardo*<sup>14</sup> escrita em 1806-1807. Segundo Cotta (2004), foi exatamente a partir dos finais do século XVIII que os oficiais negros adotaram estratégias de visibilidade (relatos de feitos, figurinos militares, etc.), pois, de certa forma, se percebem como vassalos militares do rei de Portugal e, portanto, com o direito de serem recompensados pelos trabalhos realizados.

Em *Batalha*, lugar cuja denominação derivou do massacre cometido contra os índios que habitavam o local, carnificina que ficou registrada na memória da cidade até os dias de hoje, Costa iniciou o seu grande empreendimento de patriarca da conquista do gentio. A vitória sobre a tribo indígena foi registrada sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, triunfo representado e reconhecido com a construção de uma igreja em sua homenagem. Esta primeira obra de uso coletivo, ponto de formação e desenvolvimento do arraial, foi também o primeiro símbolo do poder local que se pretendia edificar. Arraial da Vitória ou Arraial da Conquista são denominações utilizadas por Costa para o lugar que conquistara, sempre num gesto de rememoração à sua vitória sobre os índios.

As imersões no sertão, empreendidas por Costa, correspondiam diretamente aos interesses econômicos e políticos da Coroa portuguesa, que precisava abrir vias de comunicação entre o sertão da capitania e

o litoral, com o intuito de expandir a economia para o interior, buscar metais preciosos e, conseqüentemente, conquistar territórios habitados por tribos indígenas, como bem esclarece Kátia Mattoso: “A busca do ouro, da prata e de pedras preciosas, as expedições militares para exterminar índios e a condução do gado em imensas boiadas que exigiam novas pastagens, todas estas incursões foram, de algum modo, responsáveis pela ocupação do interior baiano” (Mattoso, 1992:74).

Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1982:214), analisando alguns aldeamentos desta parte do sertão baiano, mostrou como alguns deles surgiram em decorrência da política de implantação e estruturação das vias de comércio entre Minas Gerais e o litoral da Bahia.

O aldeamento do Salto do Rio Pardo é um exemplo. Além de estabelecer os Botocudos em áreas próximas aos quartéis construídos para defesa das vias de circulação, o agrupamento conseguiu, de forma satisfatória, sedentarizar os indígenas, distribuir lotes aos colonos, liberar os seus antigos territórios para a ocupação colonial, facilitar o comércio e a utilização da mão-de-obra indígena e combater os grupos não aldeados da região, no caso os Pataxós, e outros subgrupos dos Botocudos.

O mecanismo utilizado por Costa foi a submissão e a exploração do trabalho indígena com a construção de aldeamentos, empreendimento acompanhado de violência, que resultou na dizimação completa de grupos indígenas ou na sua redução a pequenas áreas de tribos mantidas sob constante vigilância.

A incorporação dos territórios indígenas aos bens do colonizador foi confirmada no processo de conquista implementado por João Gonçalves da Costa e sua família, que dividiram entre si as terras conquistadas dos autóctones.

Do seu casamento com Josefa Gonçalves da Costa,<sup>15</sup> João Gonçalves da Costa teve os seguintes filhos: Antônio Dias de Miranda, João Dias de Miranda, Lourença Gonçalves da Costa, Joana Gonçalves da Costa, José Gonçalves da Costa, Faustina Gonçalves da Costa, Manuel Gonçalves da Costa e Maria Gonçalves da Costa. Confirma-se que o costume da época não exigia nenhum método claro para nomear descendentes ou, de outro modo, utilizavam-se critérios que ainda desconhecemos.

A Antônio Dias de Miranda coube a região denominada Uruba, no atual Município de Poções, localidade próxima ao Arraial da Conquista, onde também se desenvolveram cruéis batalhas contra os índios Mongoiós, Imborés e Pataxós. Foi casado com Lucinda Gonçalves da Costa que, por suas grandes e ricas propriedades, era conhecida, após a morte de seu

marido, como Lucinda de Uruba. Pode-se medir sua riqueza pelo Auto de Partilha do inventário de seu esposo, que totalizou um Monte Mor de 26.732\$328 (vinte e seis contos, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e vinte e oito réis).<sup>16</sup> A Raimundo Gonçalves da Costa,<sup>17</sup> segundo alguns cronistas locais filho do conquistador com outra mulher, foram destinadas as fazendas das Caatingas do Ribeirão; a Fazenda de Sant'Anna; e a região de Morrinhos, localidade que dista oito quilômetros de Poções. Foi também proprietário de grande parte de terras na Fazenda Ressaca e na Fazenda Tamboril. João Dias de Miranda estabeleceu-se na Fazenda Manga, em terras do atual Município de Boa Nova. Foi também proprietário na zona da Preguiça, região do Município de Vitória da Conquista. Manoel Gonçalves da Costa, sargento-mor,<sup>18</sup> registrou, em seu inventário,<sup>19</sup> terras na Fazenda da Conquista, Fazenda do Espírito Santo e no lugar denominado Ribeirão do Martinho.

Mesmo depois da conquista da região e da consolidação das grandes fazendas de criação, permaneceu a política local dos novos colonos para com os índios. Foram constantes e ininterruptos os ataques às demais tribos indígenas da região, ocorrendo novas batalhas em Panela, Porcos, Sucesso – localidades próximas ao Arraial da Conquista. As investidas dos conquistadores não se limitavam apenas à submissão dos índios. Os quilombos existentes na região também se tornaram alvo dos novos donos da terra.

A conseqüente subdivisão das terras da região, após o processo de conquista e povoamento, operou nova divisão eclesiástica, civil e militar nos limites das antigas freguesias e vilas, conforme esclarece o próprio conquistador em 1799:

diz João Gonçalves da Costa, capitão da Conquista do Gentio Mongoió da aldeia de Santo Antônio do Catende, do Sertão da Ressaca que todo o território da dita conquista está no termo do rio de Contas da comarca de Jacobina, em distância desta 200 léguas e mais de 90 daquela do rio de Contas.<sup>20</sup>

Ainda não se sabe ao certo a data em que se fundou o Arraial da Conquista. Em ofício redigido em Lisboa no dia 12 de agosto de 1780, o ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes escreveu ao Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilhéus, revelando ter conhecimento sobre criação de gado e estar informado de que:

um homem com sua família, vivia nas cabeceiras da citada capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigando-se, não sei o motivo, por aquele deserto por dilatado tempo, não logrou ver fruto do seu trabalho, pois lhe roubavam os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casos de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues da Vila de Jaguaripe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho pra lhe introduzir os gados.<sup>21</sup>

Se, em 1780, o arraial era habitado por apenas 60 pessoas, em 1817, durante a passagem do Príncipe Maximiliano, já se distinguiu dos demais lugarejos da região, o que fez o viajante afirmar que “a principal localidade do distrito é quase tão importante como qualquer vila do litoral. Contam-se aí de 30 a 40 casas baixas e uma igreja em construção” (Wied-Neuwied, 1989:427). É importante destacar que, no início do século XVIII, nos sertões baianos, havia apenas dois núcleos urbanos: Jacobina, fundada em 1720, e Rio de Contas, em 1724, vilas criadas para controlar os aventureiros do ouro.

As dificuldades de João Gonçalves da Costa são por ele mesmo registradas às autoridades portuguesas para solicitação de ajuda não só para defesa da terra diante dos índios, mas para sua própria sobrevivência:

Eu não espero prêmio de tantos trabalhos [...] da Majestade Divina que paga bem a quem serve com limpeza de coração. Tenho feito grandes despesas com as duas entradas, tanto de farinha como de carne, e agora a terceira há de ser muito maior, fiado em que tendo ela bom fim, como espero na onipotência Divina ser pago e quando não seja, não só perderei os gastos feitos, mas também pagarei os barris de pólvora e chumbo para que não perca Sua Majestade tanto haver.<sup>22</sup>

Continua a correspondência, descrevendo um roubo de pólvoras que deixou seus soldados, e ele mesmo, vulneráveis a qualquer sorte. Prossegue relatando os perigos que tem passado e os assaltos que tem sofrido no empreendimento que tem tanto orgulho em preservar:

Com semelhante gente não pode um homem que tem vergonha dar conta de si, pois todos mereciam ser bem castigados, pois não é de razão que eu pague o que eles furtaram depois de me deixarem em tanto risco no mato, e nessa parte brava [...] o que sentirei é, que os pobres soldados que confiadamente me tem acompanhado com tanto risco de vida fiados nas promessas que lhes tenho feito com os dois vinténs com que o Ilmo. Sr. Marquês [sic] mandou

assistir aos cinquenta por V. M. e como estes fugiram me apreze ser de razão que prevaleçam os que ficaram em seu lugar com tanto risco de perderem as suas vidas [...].<sup>23</sup>

Em seus primórdios, o Arraial da Conquista se configurava como uma povoação onde se aglomerava um conjunto de pessoas miseráveis, sem ocupação e inclinadas para as mais diversas imprevisibilidades próprias e oriundas de um cotidiano tenso, marcado pela presença constante da violência imersa nas redes do cotidiano (Franco, 1976). É este e não outro o sentimento que tem o viajante estrangeiro ao passar pelo lugar:

[...] grande parte dos moradores do Arraial, compõe-se de trabalhadores e rapazes desocupados, que ocasionam muitos distúrbios, pois ali não há polícia. A malandrice e uma inclinação imoderada para as bebidas fortes são traços distintivos do caráter desses homens, daí resultam disputas e excessos freqüentes, que tornam detestável esse lugar, dá má fama para as pessoas mais sérias e consideradas que vivem em suas fazendas espalhadas em torno (Wied-Neuwied, 1989:427).

As fazendas de gado ao redor do arraial não proporcionavam trabalho e ocupação ao grande número de pessoas que vivia no lugar, daí a desocupação ser um traço distintivo que chamava a atenção de quem passava por aí. Essas circunstâncias preocupavam também as autoridades. Sendo a pecuária um dos principais fatores de povoamento dos sertões brasileiros, foi, inclusive, preocupação da Coroa que, pela Carta Régia de 1701, proibiu esta atividade a menos de dez léguas da costa atlântica (Simonsen, 1978:151), uma vez que os solos massapês do Recôncavo estavam destinados à produção açucareira. Dessa forma, promoveu-se a ocupação do interior.

No Arraial da Conquista, o gado também foi responsável pela instalação e fixação de muitas famílias, que ocuparam e colonizaram a região que se tornaria o Município da Imperial Vila da Vitória. Apesar de as propriedades se constituírem em imensos territórios e grandes unidades produtoras, as grandes fazendas não tinham como absorver a mão-de-obra de todo o contingente populacional do arraial.

Os criadores que partiram do Recôncavo para o sertão estabeleceram fazendas de grandes extensões e se beneficiavam desta atividade, a pecuária, que, além de ocupar áreas de clima semi-árido, com ricas pastagens herbáceas e leguminosas, não necessitava de mão-de-obra numerosa, se comparada com a agricultura e a mineração (Andrade, 1994:68).

A ocupação e a colonização da região, estimuladas pela pecuária, transcendiam as fronteiras do próprio distrito, abrindo não só novos caminhos e estradas, como foi o objetivo do governo provincial com a conquista da região, mas também sedimentando outros pontos de colonização e de ocupação da área, principalmente em locais próximos a rotas e caminhos que conduziam as tropas e boiadas que se dirigiam às diversas regiões da província, tais como Nazareth, Valença, Aldeia, Canavieiras e Ilhéus.

O grupo familiar de João Gonçalves da Costa sedimentou-se como membros do poder local do arraial que, a partir de 1840, elevado à categoria de vila, recebeu o nome pomposo de Imperial Vila da Vitória. Três outras famílias – Ferraz de Araújo, Lopes Moitinho e Ferreira Campos – também se sedimentaram no lugar, destes últimos, tem-se o registro ainda nos finais do XVIII.<sup>24</sup> A maioria de seus descendentes ocupou cargos burocráticos na administração local e funções na Câmara e no executivo do município durante todo o século XIX e XX.

A trajetória de João Gonçalves da Costa, como vimos, está inserida no contexto das tramas históricas iniciadas no processo de expansão ibérica no século XVI. Como ele, muitos aventureiros, conquistadores e burocratas deslocaram-se para os mais diversos espaços alcançados pela conquista política e econômica, implementada por portugueses e espanhóis. O curioso deste personagem é que não se trata apenas de um aventureiro nem de um curandeiro, comerciante ou de um membro falido da nobreza lusitana, como tantos que vieram para o Novo Mundo.

Trata-se de um preto forro que conseguiu mobilizar as fronteiras sociais e religiosas do universo português e, em terras coloniais, conquistou o posto de capitão-mor para se encarregar de implementar a conquista do sertão da Bahia. Após ser patenteado como agente oficial do governo colonial, constituiu tropas de soldados sob seu comando, protagonizou diversas batalhas com os índios que habitavam o lugar e, por fim, se tornou um militante convicto da fé católica no sertão.

A análise de parte do conjunto da correspondência entre Costa e as autoridades portuguesas que chegou até nós mostra tratar-se de um homem preocupado em divulgar suas descobertas e conquistas à Coroa portuguesa, relatando de forma cuidadosa as dificuldades e os problemas enfrentados com os índios e os salteadores que infestavam o sertão.

Vitorioso em seu empreendimento de combate ao gentio, divide, entre os membros da sua família, as terras conquistadas e, com outras famílias que chegam posteriormente, funda o Arraial da Conquista, futura Imperial Vila da Vitória, grosso modo, hoje, o Município de Vitória da Conquista.

## Notas

\* Artigo submetido à avaliação em 10 de maio de 2007 e aprovado para publicação em 17 de junho de 2007.

<sup>1</sup> APEB. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Maço 356. Patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa.

<sup>2</sup> Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXXVIII, Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por ALMEIDA, Ed. de C. p. 455. Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do *Rio Pardo*, pelo capitão-mor *João Gonçalves da Costa*. 31.03.1807. A partir da nota seguinte será referenciado: Anais BN, volume, título do documento, local e data.

<sup>3</sup> Grifo nosso.

<sup>4</sup> Caracterização atribuída a João Gonçalves da Costa em sua carta patente de capitão-mor.

<sup>5</sup> Anais BN. Vol. XXXII, p. 539. Ofício dos governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro, em que lhe dão diversas e interessantes notícias relativas à comarca dos Ilheos. 23.08.1783.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Conceito utilizado por Eugene Genovese ao afirmar que não se pode falar em cultura americana nem em cultura africana, mas em cultura afro-americana.

In: Genovese, E. *Roll, Jordan, roll: The world the slaves made*. New York: First Vintage Books Edition, 1974.

<sup>8</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-Avulsos. Cópia da carta do capitão João Gonçalves da Costa ao desembargador Francisco Nunes da Costa escrita no Arraial de Nossa Senhora da Vitória, em 30 de julho de 1783.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-Avulsos. Cópia da carta do capitão João Gonçalves da Costa ao desembargador Francisco Nunes da Costa escrita no Arraial de Nossa Senhora da Vitória, em 30 de julho de 1783.

<sup>11</sup> Anais BN. Vol. XXXI. p. 539. Ofício do Arcebispado da Bahia para Diogo de Mendonça Corte Real, referindo-se a um recolhimento de mulheres, fundado no sertão, por uma filha do mestre de Campo da conquista, João da Silva Guimarães e pedindo instruções a respeito. Bahia, 14 de julho de 1754.

<sup>12</sup> Ofício do Arcebispo da Bahia, para Diogo de Mendonça Corte Real, referindo-se à um Recolhimento de Mulheres, fundado no sertão por uma filha do Mestre-de-Campo da Conquista João da Silva Guimarães e pedindo instruções a respeito. In: Accioli, 1937. p.336.

<sup>13</sup> APEB. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Maço 356. Patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa.

<sup>14</sup> Anais BN. Vol. XXXVII. p. 455. Memória summaria e compendiosa da Conquista do rio Pardo, feita pelo Capitão João Gonçalves da Costa. 1806-1807.

<sup>15</sup> AFJM. Arquivo 1ª Vara Cível. Caixa Inventários: 1801-1832/1834-1839. Inventário de Josefa Gonçalves da Costa.

<sup>16</sup> AFJM. Arquivo 1ª Vara Cível. Caixa Diversos: 1839-1841. Partilha de Lucinda Gonçalves da Costa.

<sup>17</sup> AFJM. Arquivo 1ª Vara Cível. Caixa Inventários: 1801-1832/1834-1839. Partilha de Raimundo Gonçalves da Costa.

<sup>18</sup> APEB. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Recebeu patente de Sargento-mor, também em 1744, como o seu pai.

<sup>19</sup> AFJM. Arquivo 1ª Vara Cível. Caixa Diversos: 1850-1859. Inventário de Manoel Gonçalves da Costa.

<sup>20</sup> Carta de D. Rodrigo Coutinho a D. Fernando José de Portugal em 13 dezembro de 1799 (Accioli, 1931:209).

<sup>21</sup> Anais BN. Vol XXXII. p. 472. Ofício do ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilheos. Lisboa. 12 de agosto de 1780.

<sup>22</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-Avulsos. Cópia da carta do capitão João Gonçalves da Costa ao desembargador Francisco Nunes da Costa escrita no Arraial de Nossa Senhora da Vitória, em 30 de julho de 1783.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> A trajetória política destas famílias, especialmente dos Gonçalves da Costa e seus descendentes, e as disputas pelo controle do poder local na Imperial Vila da Vitória durante o século XIX, ver IVO, 2004.

## Referências

ACCIOLI, I. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Anotações: Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1937. v. 2.

ANDRADE, M. C. de. A ocupação territorial e a evolução das cidades e vilas brasileiras (séc. XVI-XVII). In: *I colóquio de estudos históricos*

*Brasil/Portugal* 1993, Belo Horizonte. Anais, Belo Horizonte: PUC-MG, 1994. p. 63-72.

ARES QUEIJA, B. El papel de mediadores e la construcción de un discurso sobre la identidad de los mestiços peruanos (Siglo XVI). \_\_\_\_\_. & GRUZINSKI, S. (Coords.). *Entre dos mundos. Fronteras culturales y Agentes mediadores*. Sevilla, 1997. (1º Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais. 1995).

CALMON, P. *A conquista. História das bandeiras baianas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: EDUNB, 1982.

COTTA, F. A. *No rastro dos dragões. Políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. 2004. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1976.

GENOVESE, E. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e terra, 1988.

GRUZINSKI, S. *Les quatre parties du monde; histoire d'une mondialisation*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004.

\_\_\_\_\_. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IVO, I. P. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004.

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia. Século XIX. Uma província do império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais. 1716-1789. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Mandioca, pimenta, aljôfares, trânsito cultural no Império por-*

*tuguês – naturalia & mirabilia*. Belo Horizonte, 2004 (texto inédito).

\_\_\_\_\_. & ANASTASIA, C. M. J. Introdução. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (Orgs.). *O trabalho mestiço: Maneiras de pensar e formas de viver séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002.

PARAÍSO, M. H. B. *Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

REBOLLO, B. M. Misioneros em china. Matteo Ricci como mediador cultural. In: ARES, Queija, B. & GRUZINSKI, S. (Coords.). *Entre dos mundos. Fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilha, 1997. (1º Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais).

\_\_\_\_\_. Mediación cultural y fronteras ideológicas. In: LOUREIRO, R. M. & GRUZINSKI, S. (Coords.). *Passar as fronteiras*. Lagos. 1999. (Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII. 1997).

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1520-1820)*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978. p. 151.

TORRES, T. L. *O município da Conquista*. (Edição crítica anotada por Ruy Araújo Hermann Medeiros). Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2. Série; v. 156 ).